

8 – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI

O Ministério da Integração Nacional - MI, criado pela Medida Provisória n.º 1.911 de 28 de julho de 1999, e suas reedições, teve a sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 3.680, de 1º de dezembro de 2000. Possui como áreas de competência: a formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada; formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento; estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais; estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES; estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de desenvolvimento regionais; acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional; defesa civil; obras contra as secas e de infraestrutura hídrica; formulação e condução da política nacional de irrigação; ordenação territorial, em conjunto com o Ministério da Defesa, e obras públicas em faixas de fronteiras.

Sob a supervisão do Ministério, encontram-se as seguintes entidades vinculadas:

a) autarquias: Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, Agência de Desenvolvimento do Nordeste e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

b) empresa pública: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba.

Gestão da Política de Integração Nacional

O Programa Gestão da Política de Integração Nacional visa apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas da área de integração nacional. É composto por 5 ações: a) capacitação de recursos humanos para o planejamento e gestão do desenvolvimento regional; b) estudos para o planejamento e gestão do desenvolvimento regional; c) gestão de projetos de desenvolvimento sustentável local integrado; d) financiamento de empreendimentos com recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES e Legislação sobre Desenvolvimento Regional do Brasil.

As ações de Capacitação e de Estudos foram parcialmente comprometidas pelo contingenciamento orçamentário dos recursos do Ministério ao longo do exercício de 2002. Na ação de Capacitação, não houve execução físico-financeira em 2002, e na ação estudos, o MI repassou, de acordo com dados do Sistema de Administração Financeira - SIAFI, até o mês de dezembro, R\$ 200.000,00 ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica para Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional.

Sobre os principais resultados em 2002, as ações que tiveram os desempenhos mais satisfatórios foram a de Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES - e a de Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional.

No período, foram realizados, na ação Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional, 15 estudos e 8 estão em fase de elaboração. Os três estudos mais recentes estão relacionados aos seguintes assuntos: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste, Contrato de Gestão, Regulamentação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e da Estrutura Regimental da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e Formulação de sua Agenda Executiva.

A ação relativa ao FUNRES aprovou projetos em 2002 perfazendo o investimento total de R\$ 25.866.875,00, ainda que, a Medida Provisória nº 2.145, de 02 de maio de 2001, tenha extinguido a possibilidade, por parte das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, de continuarem a optar pelo Fundo. Cabe ressaltar que o público-alvo desta ação constitui-se dos setores produtivos do Estado do Espírito Santo, e o objetivo do referido Fundo é o de promover o crescimento econômico diferenciado e causar impacto na geração de empregos.

Quanto a ação Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado foram executados R\$ 8.634.619,76, distribuídos nas esferas federal, para os estados de Roraima e Alagoas, e para

emendas parlamentares.

Em relação a ação Legislação sobre Desenvolvimento Regional do Brasil, destacou-se a elaboração de diversos Decretos e Medidas Provisórias relativas aos Fundos Constitucionais, tais como a Medida Provisória nº77, de 25 de outubro de 2002, que autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para a aquisição dos títulos do Tesouro Nacional, o Decreto nº 4.253, de 31 de maio de 2002, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, e o Decreto nº4.254, de 31 de maio de 2002, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Desenvolvimento da Região Nordeste

O Programa Desenvolvimento da Região Nordeste tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste. Para o exercício de 2002, foi aprovado pela Lei nº 10.407, publicada no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2002, um orçamento de R\$ 2.458.139.697,00 para o Programa, sendo R\$ 10.563.837,00 sob a gestão da Agência de Desenvolvimento do Nordeste; R\$129.273.000,00 sob a gestão da CODEVASF provenientes de Emendas Parlamentares; R\$ 1.658.302.860,00 para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e R\$ 660.000.000,00 para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Os recursos relativos ao Fundo Constitucional não estão sujeitos a contingenciamento, sendo, então, liberados regularmente pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. O FDNE ainda não está sendo operacionalizado, dependendo da aprovação do regimento interno e do contrato de gestão da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. Nessa nova concepção, seus recursos vinculam-se ao Orçamento Geral da União e os seus beneficiários estão submetidos a fortes exigências cadastrais e de garantias, além de amarras burocráticas.

Em 2002, no período de janeiro a dezembro, foram repassados ao FNE, pela STN, R\$ 1.695 milhões. No período de janeiro a novembro, foram contratadas 20.644 operações de crédito, totalizando o montante de R\$ 177 milhões.

Na ação Estudos para o Planejamento e Gestão de Desenvolvimento da Região Nordeste, foi celebrado convênio para realização do Plano de Desenvolvimento do Nordeste - PDN, com investimentos de R\$ 475.000,00, com o objetivo de explicitar o estado desejado para a Região, trajetórias, diretrizes e linhas de ação para obtenção do estado desejado como um referencial para as políticas de promoção do desenvolvimento do Nordeste. Também foram conveniados em dezembro, os Estudos de Conjuntura Econômica da Região Nordeste, no valor de R\$ 245.000,00, com o objetivo de dotar o setor público, os segmentos empresariais e a sociedade de informações confiáveis e tempestivas sobre a evolução da atividade econômica no Nordeste. Podemos destacar, também, os Estudos dos Cenários Sócio-Econômicos de Sub-Regiões selecionadas do Nordeste, no valor de R\$ 162.000,00, visando definir a sua situação atual e, a partir daí, elaborar cenários com trajetórias alternativas de desenvolvimento.

Ainda em relação à ação Estudos para o Planejamento e Gestão de Desenvolvimento da Região Nordeste, foram também conveniados Projeto de Reestruturação da ADENE, no valor de R\$ 183.000,00, e ainda Estudos Hidro-Climáticos do Nordeste, no valor de R\$ 116.000,00. O acompanhamento climático em tempo real é pré requisito para a identificação de áreas com déficit hídrico e conseqüentemente irá permitir a tomada de decisões por parte dos organismos governamentais e a antecipação de ações necessárias ao processo de gestão. Portanto o desenvolvimento de estudos, visando redefinir a climatologia, mapear índices de aridez e o desenvolvimento de banco de dados hidrometeorológico, é de fundamental importância para o alcance dos objetivos colimados.

No que diz respeito à ação Gestão de Projetos em Desenvolvimento Sustentável Local Integrado na Região Nordeste, podemos destacar a Gestão e Promoção de Arranjos Produtivos na Região Nordeste, no valor de R\$ 200.000,00, com a finalidade de dar continuidade ao "Programa Nordeste 2002 Competitividade Auto-Sustentada", iniciado nos anos 2000 e 2001 pelo Ministério da Integração Nacional e pela extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A partir da metodologia e da seleção inicial de "cluster", desenvolvidas no referido programa serão identificados os atores relevantes e as ações necessárias à promoção de cada "cluster" selecionado. Ainda possui relevância o Desenvolvimento de Sistemas de Gerenciamento da Informação e da Inovação Tecnológica em Cadeias Produtivas e Agroindustriais, nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, no valor R\$ 644.904,00, com o objetivo de dotar as cadeias produtivas (abacaxi, camarão, couro-calçados e ovinocaprino), localizadas no Estado da Paraíba, Pernambuco, e Rio Grande do Norte, de maior competitividade mediante a incorporação de novas tecnologias e formas de gerenciamento aos seus tradicionais processos produtivos. Com isso, espera-se aumentar a agregação de valor aos produtos que engendram

e, conseqüentemente, elevar a renda das pessoas envolvidas com a produção.

Em 2002, foram desenvolvidas, também, ações para a redução das desigualdades econômicas intra e inter regionais, o aumento das oportunidades de emprego e renda e a melhoria das condições de desenvolvimento humano, assim como serviços de apoio para a implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, prioritariamente do Semi-Árido nordestino.

Com relação às ações referentes aos recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, embora atualmente o Fundo não possa aprovar novos projetos, os procedimentos adotados para fiscalização e controle continuam sendo aplicados para os empreendimentos que se encontravam em fase de implantação na data da extinção. Hoje esses projetos somam 190 plantas em processo de implantação, das quais 134 enquadradas no art. 5º, e 52 no art. 9º da Lei nº 8.167/91.

Esses empreendimentos em implantação representam um saldo a liberar para o FINOR da ordem de R\$ 1,51 bilhão, dos quais R\$ 349,83 milhões dos empreendimentos enquadrados no art. 5º e R\$ 1.155,81 milhões, daqueles enquadrados no art. 9º da Lei nº 8.167/91.

Desenvolvimento da Amazônia Legal

O Programa Desenvolvimento da Amazônia Legal tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Entre as ações desenvolvidas pelo Governo Federal e voltadas para o desenvolvimento regional, previstas no Plano Plurianual - PPA 2000/2003, que integram o Programa, registraram expressivo destaque, em 2002, as ações: Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola da Região Norte - FNO e Financiamento de Empreendimentos com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM.

A ação “Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola da Região Norte”, implementada com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, vem desempenhando incontestável papel no apoio ao desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais, proporcionando o incremento da produção, da renda e da oferta de oportunidades de emprego.

A importância deste Fundo revela-se pelo elevado volume de recursos alocados à Região Norte. De janeiro a dezembro de 2002, o Tesouro Nacional repassou para o FNO recursos da ordem de R\$ 565 milhões (valores nominais). Foram contratadas, de janeiro a novembro, 10.023 operações, no valor de R\$ 485 milhões, financiando atividades produtivas dos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial e de serviços.

No que concerne ao desempenho da ação “Financiamento de Empreendimentos com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM”, verificou-se, de janeiro a dezembro de 2002, a aplicação de R\$ 183 milhões em projetos aprovados anteriormente à edição da Medida Provisória nº 2.146, de maio de 2001, que extinguiu o apoio do FINAM a novos projetos. Dessa aplicação, 73% foram destinados para o setor serviços, 10% para indústria; 9% agroindústria e 8% agropecuário.

Sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, destacou-se o fato de não ter sido iniciada sua operacionalização, em virtude da falta de interesse por parte de seu público-alvo, a classe empresarial, que tece severas críticas às bases e condições operacionais do Fundo, na forma estabelecida no seu Regulamento, alegando, inclusive, sua pouca atratividade frente aos instrumentos financeiros, atualmente disponíveis para a promoção do desenvolvimento regional.

Para adaptar o FDA às características específicas e singulares da Região e torná-lo mais atrativo às classes produtivas, elaborou-se uma proposta de alteração do Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, que aprova o seu Regulamento, objetivando adequar suas regras a essas especificidades. Formulou-se, também, proposta de alteração ao Decreto nº 4.212, de 26/04/2002, que define os setores prioritários da economia para o desenvolvimento da Amazônia, para fins de concessão do benefício fiscal da Redução de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, visando a transferência à Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA de competências no que se refere à análise técnica de projetos pleiteantes desse benefício, e à adoção daqueles mesmos setores prioritários na aplicação dos recursos do FDA. Nesse mister, ressalta-se que através da Portaria MI nº 828, de 05/12/2002, foi transferida à ADA atribuições na gestão desses Incentivos Especiais.

No que tange à ação Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Amazônia Legal, destaca-se a realização de 20 cursos para capacitação de um total de 500 gestores na área de Saneamento Ambiental, vinculados a órgãos estaduais e municipais da Região.

No que concerne à ação Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal suas principais realizações foram desenvolvidas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica Internacional celebrados pela extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Organização dos Estados Americanos - OEA, cujas execuções foram repassadas à ADA, em setembro de 2002.

Nesse contexto, merece destaque a realização do estudo “Estratégia Espacial para o Desenvolvimento da Amazônia”, com o objetivo de definir uma estratégia espacial como referência básica para a formulação de políticas de desenvolvimento regional e fornecer indicações preliminares de diretrizes e prioridades de intervenção, à luz das características dos distintos sub-espacos definidos, bem como sugestões para aprofundamento dos aspectos estudados, o qual se constitui em insumo fundamental para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

Vale mencionar, também, os estudos que integram projetos binacionais prioritários do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Fronteiriças, objeto de Acordos Bilaterais celebrados pelo Governo brasileiro, no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica. Nesse contexto, destacam-se a conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Fronteiriça Brasil/Bolívia e do estudo de pré-factibilidade do “Projeto Binacional de Saúde na Fronteira Brasil/Colômbia - Eixo Tabatinga-Apaporis”.

Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste obteve, em 2002, R\$ 540.556.000,00 de transferência do Tesouro Nacional, que acrescido do ativo do Fundo já disponível no Banco do Brasil, possibilitou a realização de 20.986 contratações, o que representa um valor total de R\$ 1.439.337.000,00. O número de contratações e o respectivo valor por porte de empreendimento corresponde: 2.312 para grandes empreendimentos (R\$ 626.034.000,00); 7.140 para médios (R\$ 546.250.000,00); 3.432 para pequenos (R\$161.778.000,00); 8.100 para mini/micro (R\$ 103.425.000,00) e 2 cooperativas (R\$1.850.000,00). Podemos avaliar o desempenho do FCO com base nos dados relacionados a emprego e renda no Centro-Oeste. As aplicações do FCO geraram, no período, mais de 64 mil empregos diretos e mais de 110 mil empregos indiretos na Região.

Algumas modificações recentes melhoraram o desempenho do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO no período de 1989 a 2002. Uma delas foi a Lei nº 10.177, de 12.01.2001, que trata da redução dos encargos financeiros, da possibilidade de reprogramação da dívida dos mutuários, da concessão de bônus de adimplência e da possibilidade de utilização dos recursos do FCO para empreendimentos comerciais e de serviços. Contribuiu, também, para essa melhora o aumento do teto de aplicações do Fundo, por empresa tomadora, de dez para vinte milhões de reais. Por fim, a Portaria MI nº 540/2002 também interferiu no desempenho do Fundo ao tratar da possibilidade de atuação de novos agentes financeiros no FCO.

Para operacionalizar a estratégia de dinamização econômica da Região, prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, foi planejada, por meio da ação “Unidade Piloto de Promoção de Oportunidades de Investimento”, a estruturação e promoção de Pólos Dinâmicos (*Clusters*), que, conceitualmente, envolvem as idéias de aglomeração, afinidade, articulação, ambiente de negócios e apoio institucional. Tal processo procura relacionar todo o conjunto de atividades de um determinado local que se desenvolve ou pode se desenvolver a partir de um determinado setor industrial ou de um conjunto de indústrias. Apóia-se em uma idéia de parceria e cooperação entre Estado e Sociedade e de que a competitividade vem da integração entre empresas e representantes da sociedade em favor do desenvolvimento. A formação e a existência de um Pólo Dinâmico tem por base a constituição de um órgão articulador (não sendo público nem representante de apenas um segmento privado) que integre os diversos interesses com a necessária busca de competitividade nos mercados alvos.

Em 2002, foram executadas atividades de apoio a 15 (quinze) Pólos Dinâmicos na Região Centro-Oeste, sempre através de trabalho conjunto com os respectivos Governos estaduais, municipais, entidades empresariais e universidades da Região. Este projeto tem como objetivos: avaliar o potencial das principais atividades econômicas do pólo e caracterizar oportunidades de investimento produtivo privado economicamente viáveis; e, além disso, identificar e propor investimentos e ações de apoio (infra-estrutura; pesquisa e gestão tecnológicas; capacitação; normativo-legais; financeiras; e institucionais, entre outras) essenciais à viabilização dos

empreendimentos privados catalisadores da economia regional.

Ainda no âmbito da Ação “Unidade Piloto de Promoção de Oportunidades de Investimentos” , com o objetivo de identificar oportunidades e nichos de mercado para os produtos de cadeias produtivas específicas e o levantamento dos pontos críticos, o MI articulou a execução de plataformas tecnológicas, em trabalho conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e com as Unidades da Federação da Região Centro-Oeste, nas seguintes áreas: Turismo (MS), Pecuária de corte (MS), Couro e Derivados (MS), Gás (MS), Mandioca (MS), Bovinocultura de Leite e de Corte (MT), Têxtil (MS), Madeira (MT), Algodão (MT), Pantanal (MS), Tecnologia da Informação (DF), Grãos/Aves/Suínos (GO), Farmacêutica (GO).

Cabe registrar que a noção de cadeia produtiva vincula-se à atividade industrial, à linha de produção de base insumo-produto. Envolve desde a produção ou obtenção da matéria-prima, seu beneficiamento, disponibilização na linha de produção, transformação, venda no atacado e no varejo, alcançando o consumidor final. A abordagem de cadeia produtiva é linear e centra-se em um determinado produto ou matéria-prima disponível em uma determinada região. Está centrado na idéia de vantagem comparativa.

Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno – RIDE

O Distrito Federal e os municípios do Entorno desempenham um papel fundamental na conexão das redes logísticas entre o Norte e o Sul do país. Esta posição foi responsável, em parte, pelo crescimento de sua economia e população, que hoje adquirem condições de metrópole nacional. É uma opção estratégica fundamental transformar essa vantagem competitiva em fator determinante para promover o desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, enquanto centro de polarização regional e núcleo de competitividade sistêmica nacional na área de serviços modernos e de agronegócios.

A RIDE tem como um dos seus objetivos promover nível adequado de vida à sua população com recuperação e preservação do meio ambiente. Diversas ações vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de reverter o processo de deterioração do meio ambiente da Região, sendo uma delas, a realização dos Planos Diretores Urbanos de seus municípios, que funcionarão como norteadores da Política de Ordenamento Territorial. É conhecida a dificuldade do poder executivo local para fazer frente às despesas que não dizem respeito às necessidades imediatas de suas populações. Portanto, a participação das esferas federal e estadual de governo na realização de gastos referentes a projetos de natureza não emergencial é condição indispensável para sua concretização. A realização dos referidos Planos se dá por meio da ação “Elaboração do Plano de Ordenamento Físico e Territorial do Entorno do Distrito Federal”. Tendo em vista o agravamento das condições ambientais existentes nos municípios da RIDE, foi firmada parceria com o Governo do Estado de Goiás para a elaboração de quinze dos vinte e dois Planos Diretores. Os recursos oriundos do Estado de Goiás foram liberados (R\$480.000,00), contudo o convênio se encontra em estágio de licitação.

Convênio do Ministério da Integração Nacional com o Governo do Distrito Federal visa a implantação do Centro Agrotecnológico do DF, sua consolidação como difusor de tecnologias adaptadas à região do DF/RIDE e formador de mão-de-obra rural especializada. O Termo de Convênio está firmado e aguardando a liberação dos recursos financeiros pelo MI, tendo sido elaborado o respectivo Plano de Aplicação no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Este Centro será referência na área de capacitação para toda a RIDE.

Com o intuito de elevar a produtividade e a competitividade do setor produtivo local permitindo maior presença da produção regional no forte mercado de Brasília, o MI busca a implantação de plataformas de comercialização do agro-negócio. Para tanto, foram envidados esforços para a consolidação de parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE Nacional, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do DF - SAADF e sua coligada EMATER/DF. Nesse esforço, diversos contatos foram realizados com órgãos públicos federais e dos Governos do DF, de Goiás e de Minas Gerais, bem como com entidades privadas nos meses de agosto, setembro e outubro, visando a organizar e preparar ações conjuntas de intervenção na atividade agropecuária da RIDE.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Mesorregiões – PROMESOS

Os 13 Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões apresentaram a proposta de implantação de um modelo de gestão compartilhada, por meio da cooperação entre os entes dos diferentes níveis da Federação e com a participação da sociedade civil, visando o desenvolvimento regional

integrado e sustentável de espaços subnacionais denominados mesorregiões diferenciadas. Estes espaços diferenciados encontram-se localizados em mais de uma unidade da federação ou em áreas de fronteira, onde se identificam disparidades sócio-econômicas e espaciais. No PPA 2000/2003, todos esses Programas são constituídos das seguintes ações: a) capacitação de recursos humanos para a gestão do desenvolvimento mesorregional; b) gerenciamento da implementação de projetos para o desenvolvimento sustentável; c) implementação do planejamento para o desenvolvimento sustentável; d) mobilização de comunidades, mediante o associativismo e o cooperativismo; e e) realização de fórum de desenvolvimento local integrado e sustentável.

O Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrange mais de 400 municípios das porções Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

Das ações constantes do Avança Brasil, foram realizadas a Oficina de Planejamento da Grande Fronteira do Mercosul, que teve por objetivo a formulação de subsídios à elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião. Além disso, a instalação do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e a implementação de projetos são resultados significativos alcançados com esse Programa.

Uma das principais ações desenvolvidas e com alcance direto da população da mesorregião está centrada em cursos de capacitação, que estão sendo realizados nas seguintes áreas: a) organização e capacitação de Associações e agricultores/microempresários (cadeias produtivas do leite, fruticultura e piscicultura); b) executivos municipais de turismo (gestão municipal do turismo); c) executivos municipais para elaboração de planos de desenvolvimento rural; d) executivos municipais para elaboração de planos de desenvolvimento mesorregional integrado e sustentável. É importante ressaltar que a meta prevista no PPA foi superada, pois ao final dos cursos de capacitação espera-se que cerca de 4.200 pessoas sejam atendidas, com um custo total da ordem de R\$650.000,00.

A região abrangida pelo Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões situa-se no extremo sudoeste do Estado do Amazonas e compreende nove municípios.

As principais ações realizadas podem ser destacadas assim: a implementação de ações estratégicas para a criação e consolidação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável mediante convênio celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e a Diocese do Alto Solimões no valor de R\$ 135.135,00 e a capacitação dos agentes mesorregionais em gestão compartilhada para o desenvolvimento sustentável da Mesorregião mediante convênio celebrado entre o MI e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM no valor de R\$ 103.648,00.

O Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Zona da Mata Canavieira apresenta resultados quanto à formulação e implementação de projetos de zoneamento ecológico-econômico na mesorregião. Estão em desenvolvimento, ainda, projetos de capacitação de artesãos, no Rio Grande do Norte, mediante convênio com a Secretaria de Ação Social daquele Estado, e de gestores públicos locais de Sergipe em questões de Zoneamento Econômico-Ecológico e Ordenamento Territorial, a partir de convênio firmado com a Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA.

Entre as ações que vêm sendo desenvolvidas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri merecem destaque a implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável e a implementação do Planejamento Sustentável da Mesorregião, cuja instituição executora é a Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - para a qual foram liberados recursos da ordem de R\$ 178.422,00.

Também devem ser ressaltadas as atividades relacionadas à ação “Mobilização de Comunidades, mediante o Associativismo e o Cooperativismo” cuja instituição executora é a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas - FADENOR - para a qual foram liberados recursos da ordem de R\$ 165.416,00. Cabe esclarecer que, apesar do objetivo inicial desta ação ser o de capacitar 320 pessoas nos municípios de Diamantina - MG e São Mateus e Conceição da Barra - ES, suas metas foram expandidas para os distritos do entorno, perfazendo, assim, um total de 420 pessoas capacitadas.

O foco da estratégia de atuação do Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Bacia do Itabapoana está sendo a organização dos esforços envidados pelos entes que já possuem relevante atuação naquele espaço deprimido. O trabalho do Ministério da Integração Nacional foi feito no sentido de criar uma convergência das ações, utilizando-se para isso das cinco ações do programa e de um trabalho de negociação com estes atores de atuação mais expressiva. É neste contexto que deve ser entendido o processo de

construção coletiva dos projetos de organização de cadeias produtivas bem como o de promoção do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião.

No primeiro caso estão sendo incentivadas atividades economicamente viáveis e capazes de serem desenvolvidas aproveitando o potencial da mesorregião, como a piscicultura, a fruticultura, o turismo, atuando ainda no sentido de organizar as formas associativas de produção destas e de outras atividades. É um empreendimento que está sendo executado por meio de convênios firmados com o Consórcio dos Municípios da Bacia do Itapapoana e que envolve recursos alocados em quatro projetos no valor de R\$ 613.900,00.

A promoção do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável está sendo realizada pela Fundação Euclides da Cunha, braço operacional da Universidade Federal Fluminense, entidade com atuação marcante na região. A ação de organização do Fórum Mesorregional está sendo executada simultaneamente à construção de estruturas similares de representatividade no nível municipal, o que tornará possível a organização de uma forte estrutura de rede na mesorregião. Os recursos liberados para esta ação foram da ordem de R\$100.000,00 incluindo a instalação de três das dezoito estruturas municipais mencionadas.

A atuação do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Ribeira-Guaraqueçaba está sendo feita em obediência ao preceito de estímulo ao potencial endógeno da região. Foi esta diretriz norteadora que determinou o processo de elaboração dos convênios para implantação do Fórum e para capacitação de gestores e empreendedores. Para isso foi repassado um total de R\$ 476.197,00 à Agência de Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Atualmente estão acontecendo reuniões nos três eixos, nos quais a mesorregião foi dividida, que visam, não apenas a mobilização e sensibilização dos atores locais para a incorporação ao processo que se inicia, mas também consultar sobre os procedimentos a serem tomados para a execução de ações de interesse da mesorregião.

O Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul diz respeito à área localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai e a Argentina e compreende 103 municípios, com área de 153.879km².

Entre as principais realizações destaca-se a ação de promoção do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável executada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Região Sul - COREDE Sul. Para que esta ação se desenvolvesse, o Ministério da Integração Nacional firmou convênio com o COREDE Sul com recursos da ordem de R\$ 500.000,00. O Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Metade Sul do Rio Grande do Sul - Fórum MESOSUL foi instituído por meio de um Protocolo de Cooperação, que foi assinado por 33 instituições representativas da Região, e o seu objetivo é o de ser o principal articulador da política de desenvolvimento regional, resgatando estudos, propostas e projetos, sistematizando-os para a otimização de recursos e ações na resolução de problemas e para a criação de novas iniciativas na mesorregião.

Com relação à ação de Associativismo e Cooperativismo foi firmado convênio no valor de R\$ 442.900,00 com a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - OCERGS. O objetivo dessa ação é viabilizar a ação conjunta do cidadão, das famílias rurais e urbanas, das entidades locais, públicas e privadas, das associações e sindicatos e entidades de classe, envolvendo-as no processo de desenvolvimento sustentável, em busca da melhoria das condições de vida (uso da água e da terra), da qualidade de vida e da distribuição de renda, levando-se em conta o associativismo e o cooperativismo como instrumentos básicos de desenvolvimento. Neste contexto, foram realizados seminários municipais de desenvolvimento comunitário em 106 municípios da Mesorregião, envolvendo aproximadamente 3750 pessoas.

O Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas abrange 99 municípios nos Estados de Goiás e Minas Gerais. Entre as ações realizadas no ano de 2002 merecem destaque a Promoção do Fórum provisório da Mesorregião, operacionalizada pela Fundação de Apoio a Pesquisa da Universidade Federal de Goiás - FUNAPE-UFG, com recursos de R\$ 141.000,00, bem como a ação de Associativismo e Cooperativismo que está sendo executada pelo Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Planejamento daquele Estado. Para esta última, foi firmado convênio com recursos da ordem de R\$ 142.237,00, objetivando promover o apoio (capacitação, elaboração de planos para exploração de produtos e locação de equipamentos) ao pequeno e médio produtor localizados no Entorno do Distrito Federal e Nordeste goiano. A meta é capacitar 210 pessoas - agentes de crédito e associados de cooperativas implantadas pelo Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRONAGER.

Nos demais programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões a principal

realização é a ação de promoção do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável executada pelas entidades e com os valores especificados a seguir:

PROGRAMA	ENTIDADE EXECUTORA	VALOR
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE	Universidade Regional do Cariri - URCA	R\$ 199.671,18 (repassados ao Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA que já efetuou o pagamento da primeira parcela de R\$ 59.901,35)
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGO	Instituto Xingo	R\$ 173.000,00 (recursos liberados)
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	R\$ 149.065,00 (valor do convênio firmado)
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	R\$ 114.805,00 (valor do convênio firmado)
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	R\$ 143.905,00 (valor do convênio firmado)

Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira

O Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira tem como proposta permitir investimentos do Governo Federal junto às comunidades fronteiriças, por intermédio da identificação e do atendimento de suas necessidades básicas, nas seguintes áreas, entre outras: saneamento básico, infra-estrutura urbana, educação, saúde, assistência social e meio ambiente, possibilitando, assim, a integração da população da faixa de fronteira ao restante do País, ampliando e consolidando a presença do Estado nessas longínquas regiões.

Neste exercício de 2002, o Programa atendeu a uma população estimada em 1.290.000 habitantes de 99 municípios da faixa de fronteira, com a celebração de 166 convênios, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina, com recursos que atingem o montante de R\$ 55,9 milhões. A ênfase dos investimentos foi em obras de pavimentação, drenagem, pontes, postos de saúde, quadras esportivas, iluminação pública, escolas, redes de água e outras.

Com estas ações que buscam atender às necessidades mais importantes das populações locais, o Governo Federal promove a melhoria da qualidade de vida e a inserção social, aumentando ao mesmo tempo a consciência de cidadania nessas comunidades.

Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – PRODEAGRO

O PRODEAGRO, financiado pelo Banco Mundial, tem como um dos grandes méritos o fato de abordar a integração regional, não mais sob uma perspectiva de expansão da fronteira agrícola, mas sim, sob a égide do conceito de desenvolvimento sustentável. Desta forma, as ações desenvolvidas são voltadas para o Ordenamento Territorial, de modo a harmonizarem a ocupação do território com a conservação da diversidade biológica e cultural do Estado.

Entre as realizações deste Programa, levando em consideração todo o período de sua vigência, destacam-se: implantação de 331 convênios do Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias - PADIC; construção/reforma/ampliação de 113 escolas rurais e de 34 postos de saúde; implantação de 27 sistemas de abastecimento rural e a construção de 278 km de linhas de eletrificação rural. Em relação ao componente indígena, as principais ações foram: demarcação de 2.375,42 km e avivenciação de 856 km de terras indígenas e; realização dos Projetos Tucum e Xamã, responsáveis por capacitar 260 professores e 120 auxiliares de enfermagem indígenas. Na parte ambiental, entre as atividades desenvolvidas pelo programa estão a construção e equipagem da Central de Disposição Final de Resíduos Sólidos de Cuiabá; a execução de projetos de recuperação de áreas degradadas em diversos municípios do Estado; implantação do sistema de monitoramento e controle da cobertura vegetal, construção da sede da Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - FEMA; e a implantação da estação experimental no município de Cáceres. No componente Zoneamento Socioeconômico Ecológico e Regularização Fundiária foram cadastrados 24 milhões de hectares de imóveis rurais e emitidos 16.484 títulos de propriedade; demarcados 366 km de áreas de Unidade de Conservação e 12.107 km em áreas de projetos de

assentamento rural. Foi dada continuidade aos trabalhos relativos ao diagnóstico para a elaboração da 2ª aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico. Para completar, no componente Desenvolvimento Agroflorestal, foram atendidos 26.387 pequenos produtores pela extensão rural e implantadas 8 estações agrometeorológicas.

A atuação do Ministério da Integração Nacional no âmbito do PRODEAGRO consistiu na supervisão técnica e financeira das ações executadas pelo Estado de Mato Grosso; na elaboração de relatórios, pareceres técnicos e recomendações; na elaboração da proposta orçamentária; na adoção de procedimentos relativos ao desembolso de recursos; na promoção de reuniões com o Banco Mundial, Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN/MP, Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF e o Estado de Mato Grosso para tratar de assuntos relativos ao prazo de execução do Programa.

Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – PLANAFLORO

O PLANAFLORO objetiva promover o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia por meio da harmonização entre a ocupação do território e a proteção da sua rica biodiversidade biológica e cultural. O projeto atua de forma integrada por meio de componentes voltados para as áreas de infra-estrutura socioeconômica, e em particular infra-estrutura rodoviária; desenvolvimento local; pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agroflorestais; e conservação/preservação dos recursos naturais e sócio-culturais.

Entre as realizações deste Programa, levando em consideração todo o período de sua vigência pode-se destacar: celebração de 189 convênios referentes ao Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias - PAIC; recuperação de 159 salas de aula e 33 postos de saúde; construção de 12 sistemas de abastecimento rural de água; pavimentação de 105 km de rodovias estaduais e construção de 3.363m de pontes; assistência a 63.189 unidades produtivas; construção e/ou reformulação de 15 escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; construção de um centro de treinamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e assistência a 7.522 propriedades; construção e equipagem de 10 postos de fiscalização de áreas indígenas e unidades de conservação; construção da sede administrativa do Parque Estadual de Guajará Mirim, monitoramento para a implantação de gestão de unidades de conservação; elaboração de planos de utilização de 9 reservas extrativistas; realização de treinamento de pessoal em educação ambiental, formal e informal; realização de diversas oficinas, seminários e audiências públicas em diversos municípios para elaboração do mapa preliminar e elaboração da Lei do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia; demarcação de 3 Parques Estaduais, 2 Reservas Biológicas, 9 Reservas Extrativistas, 5 Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado, 3 Estações Ecológicas, num total de 2.400.849ha; demarcação de 686 km de áreas indígenas, avivamentação de 12 áreas indígenas e realização de 55.133 atendimentos na área da saúde indígena.

A atuação do Ministério da Integração Nacional consistiu na supervisão técnica e financeira das ações executadas pelo Estado de Rondônia; na elaboração de relatórios, pareceres técnicos e recomendações; na elaboração da proposta orçamentária; na adoção de procedimentos relativos ao desembolso de recursos; na promoção de reuniões com o Banco Mundial, Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN/MP, Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF e o Estado de Rondônia para tratar de assuntos relativos ao prazo de execução do Programa.

Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRONAGER

O Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRONAGER tem por objetivo combater a situação de desemprego e subemprego de comunidades pobres urbanas e rurais, viabilizando a organização social e econômica de pessoas e comunidades. De maneira mais específica, objetiva gerar ocupações produtivas e renda, a partir das vocações e potencialidades locais e regionais, tendo como ponto de partida a capacitação organizacional de pessoas desempregadas e/ou subempregadas para a formação de empreendimentos econômicos, associações e cooperativas de produção de bens e/ou serviços.

O Pronager teve início em 1994, como projeto de cooperação técnica do governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO, com a mediação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE, e a então Secretaria Especial de Programas Regionais - SEPRE. Os resultados alcançados pelo projeto levaram o governo brasileiro, quando da revisão do Plano Plurianual - PPA 2000-2003, a incluir, a partir de 2002, o Programa “Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRONAGER” no âmbito do Ministério da Integração Nacional. O Programa tem buscado expandir, dar

continuidade e sustentabilidade às ações geradas pelo Projeto, cuja vigência se encerra ao final de 2003.

O ano de 2002 caracteriza-se como um ano de transição entre o Projeto de Cooperação Técnica e o Programa Nacional que vem assumindo características de uma política de estado. Apesar de, naquele exercício, terem sido repassados poucos recursos do orçamento de 2002 para a execução das metas previstas, o PRONAGER continuou a desenvolver suas atividades, ultrapassando a maioria das metas previstas no PPA com recursos do Projeto já repassados à FAO no exercício de 2001.

Em 2002 o Programa atuou em 126 Municípios de 20 Estados, com 130 eventos realizados, capacitando um total de 53.773 pessoas. Entre as ações desenvolvidas destacam-se: “Geração de Empreendimentos Produtivos - LOTs” e “Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores”.

Dentro da ação “Geração de Empreendimentos Produtivos - LOTs”, foram capacitadas 53.300 pessoas nos Laboratórios Organizacionais de Terreno - LOTs. Os LOTs são eventos de capacitação massiva voltados para comunidades de baixa renda, que visam acelerar a consciência organizativa de grupos sociais e a gerar as bases para a criação de empresas associativas de produção de bens e serviços. Estes laboratórios, com duração aproximada de 45 dias, são desenvolvidos por meio de cursos semi-profissionalizantes, selecionados pelos próprios participantes. Os cursos são transformados em unidades de produção, que integram a empresa criada no interior do Laboratório. Cabe ressaltar, ainda, que em 2002 por intermédio dos LOTs foram criados 1.356 empreendimentos produtivos que geraram 12.226 postos de trabalho.

Por intermédio da ação “Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores”, foram capacitados 53 Diretores de Laboratórios Organizacionais, técnicos multiplicadores responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação dos LOTs. Os Diretores passam por um rigoroso processo de seleção e formação. São treinados na Metodologia de Atuação do Pronager, com eixo na Metodologia da Capacitação Massiva, nos chamados Laboratórios Organizacionais de Curso - LOCs, com duração de cerca de 65 dias. Além disso, 420 técnicos de Estados e Municípios foram capacitados na metodologia do Programa, com a finalidade de apoiar a formação dos empreendimentos produtivos.

Irrigação e Drenagem

O Programa Irrigação e Drenagem, ao promover a ampliação do estoque da infra-estrutura para o aproveitamento hidroagrícola, tem como propósito expandir a produção agrícola, aumentar os níveis de emprego e renda, melhorar as condições do abastecimento interno, além de tornar mais atrativos, para competir nos mercados externos, os produtos oriundos da agricultura irrigada.

A agricultura irrigada integra-se ao elenco prioritário da programação atual, em consonância com as diretrizes governamentais de concentrar os investimentos em ações com grande capacidade de maximizar o desenvolvimento econômico e social. Tais ações assumem dimensão nacional, seguindo duas linhas estratégicas. Na primeira, atende-se as demandas de infra-estrutura para irrigação complementar, em áreas situadas principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que já dispõem de investimentos e equipamentos, para produção agrícola que ficam ociosos nas épocas de ausência ou de baixa precipitação pluviométrica, enquanto que na segunda, o propósito é a promoção das condições necessárias para viabilizar a atividade agrícola, em áreas com baixos e irregulares níveis de precipitação pluviométrica.

As ações do Programa estão distribuídas, principalmente, por três importantes projetos: estudos para o aproveitamento hidroagrícola em áreas irrigáveis; implantação de projetos de irrigação; e emancipação de perímetros de irrigação.

Os recursos orçamentários previstos para o Programa para o exercício de 2002 foram da ordem de R\$342,8 milhões, sendo R\$162,8 milhões destinados aos Projetos Estratégicos. Foram empenhados R\$136,5 milhões e efetivamente aplicados R\$95,3 milhões, ou seja 27,8%, daquela dotação.

Dos estudos realizados cabe ressaltar o “Programa de Desenvolvimento Hidroagrícola Sustentável da Região da Chapada dos Parecis - PROPARECIS (MT)”, com a elaboração do projeto de zoneamento agro-ecológico-econômico, visando o aproveitamento hidroagrícola de uma área de 39.065 ha e o “Programa de Desenvolvimento Hidroagrícola Sustentável da Região Norte - PRONOR (MT)”, também para a elaboração do projeto de zoneamento agro-ecológico-econômico, visando o aproveitamento hidroagrícola de uma área de

43.700ha. Além destes, deve-se destacar o “Estudos para aproveitamento hidroagrícola em Bacias Hidrográficas na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (RS)”, numa área de 65.900 ha, além dos estudos elaborados pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS - Projeto Brumado(BA), com 1.825ha, os Projetos Baixada Ocidental Maranhense e Várzea do Flores, somando 3.523ha e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales Do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf - Projeto Básico da 1ªEtapa do Projeto Baixo de Irecê (BA), com 5.278ha, a elaboração dos estudos de viabilidade, projeto básico e estudos do EIA/RIMA dos Projetos Salitre (BA), com 18.601ha e Jaíba (MG), com 40.000ha.

Desses estudos encontram-se concluídos: Projeto Proparecis (5.935 ha); Projeto Pronor (6.290ha); Projeto Bacias Hidrográficas da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (65.900 ha).

No tocante à Implantação de Projetos de Irrigação, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 3.746/01, definiu o conjunto de Projetos Estratégicos, cuja meta inicial proposta para 2002 era de 24.941 ha, com investimentos da ordem de R\$ 162,8 milhões, contra R\$201,8 milhões em 2001. Entretanto, diante do quadro em que atravessava a economia brasileira, os recursos orçamentários foram contingenciados, não tendo o fluxo necessário, levando, com isso, a um alongamento na execução dos projetos.

No elenco dos Projetos Estratégicos assumiram papel de destaque: Pindorama (AL); Santa Terezinha (MS); Tabuleiro de Russas (CE) e Baixo Acaraú (CE) que, no conjunto, participaram na ampliação da área irrigada com 22.536 ha, envolvendo aplicações no montante de R\$ 15,6 milhões.

Dos projetos em andamento, a programação desenvolvida, de forma concentrada, naqueles elencados a seguir, contribuirá de forma relevante para a redução das desigualdades regionais, com a criação de 49.580 novos empregos que vão ensejar benefícios a uma população estimada em cerca de 90.000 pessoas. Cabe ressaltar que as mesmas terão grande parcela de suas áreas ocupadas com fruticultura, capacitando-se, assim, a participar, futuramente, da expansão que vem ocorrendo nas exportações de frutas.

O Projeto Flores de Goiás, localizado no Município de Flores de Goiás (GO), terá uma área total, quando concluído (em 2005), de 26.500 ha. A sua infra-estrutura é constituída de uma barragem com capacidade de acumulação de 172 milhões de m³ de água (concluída); 9 barragens auxiliares; 109,5 km de canal principal e 212 km secundários. Quando em plena operação, vai gerar cerca de 20.000 empregos, com seus benefícios se estendendo a uma população estimada em 60.000 mil pessoas. As obras que estão sendo implantadas correspondem a 20% do volume total previsto para todo o projeto e compreendem a construção da barragem auxiliar Porteira e 3 km de canal principal.

No Projeto Santa Terezinha, localizado no Município de Itaporã (MS), encontram-se concluídas as obras de infra-estrutura para a irrigação de uma área de 2.150 ha. Estima-se que seja possível a médio prazo criar-se 4.700 novos empregos com benefícios para 8.600 pessoas. Ainda, no período, iniciaram-se as atividades de organização dos agricultores, incluindo-se assistência técnica e de operação e manutenção, com vistas à operação do projeto em 2003.

No Projeto Salangô, localizado no Município de São Mateus (MA), encontram-se concluídas as obras de infra-estrutura de irrigação para uma área de 3.216 ha. Deverão ser desenvolvidos trabalhos, visando a seleção e a organização dos produtores e a licitação dos lotes. As atividades do projeto vão permitir criar 7.000 empregos diretos e indiretos, beneficiando uma população estimada em 12.800 pessoas.

O Projeto Baixo Acaraú, situado no Estado do Ceará, abrangendo os Municípios de Acaraú, Marco e Bela Cruz, com área implantada de 8.817 ha (1ª etapa), estando 3.179 ha em fase de produção cujos lotes serão ocupados por 50 pequenos produtores, 6 técnicos agrícolas e 10 empresários, podendo gerar 7.000 empregos e benefícios para 12.700 pessoas. Quando em plena operação, propiciará 19.300 empregos, beneficiando 35.200 habitantes da região onde se insere. Estão, ainda, em fase de execução as obras relativas a 2ª etapa de 3.870 ha.

O Projeto Tabuleiros de Russas, localizado nos Municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte, com área total já implantada de 10.564 há. Estão sendo desenvolvidas atividades de licitação dos lotes, de seleção e de organização dos produtores. Esse projeto, quando concluído e em operação permitirá a geração de 23.000 empregos e beneficiará 42.000 pessoas. Estão, também, em fase de execução as obras relativas a 2ª etapa de 3.150 ha.

O Projeto Pindorama, localizado nos Municípios de Coruripe e Penedo (AL) cuja superfície já implantada atinge 1.005 ha, quando em plena operação beneficiará 4.020 pessoas, gerando 2.211 ocupações. A

próxima fase se dará com a implantação de atividades de desenvolvimento agrícola.

O Projeto Luís Alves do Araguaia, localiza-se no Município de São Miguel do Araguaia (GO) e abrange uma área de 10.790 há, dos quais 1.844 ha referem-se à primeira etapa, já em fase de produção, iniciando-se o processo de seleção de produtores. Esta etapa já irá beneficiar 7.376 pessoas, além de proporcionar a criação de 4.057 empregos. Prosseguirão também, no período, a execução das obras referentes à segunda etapa, com 4.736 ha, correspondendo a um avanço da ordem de 22% em relação ao cronograma estabelecido, compreendendo a estação de bombeamento e de drenagem, sistema viário e demais obras afins.

O Projeto Pontal (Petrolina - PE) é um novo componente que vai ampliar o complexo do agronegócio instalado no Pólo Petrolina-Juazeiro, com superfície de 7.854 ha, que se distribui pelas áreas de concentração Norte (4.098 ha) e Sul (3.756 ha). As obras estiveram concentradas na Área Sul e tiveram um avanço físico da ordem de 62%. Em operação irá gerar 15.000 empregos e beneficiar 30.000 pessoas.

O Projeto Várzeas do Sousa, localizado no Município de Sousa (PB) tem prevista a implantação de infra-estrutura de irrigação de uma área de 5.100 ha. Apresenta 57% das obras realizadas, constando de estação elevatória, adutoras de recalque, gravitacionária e pressurizada, além de incluir obras afins. O projeto vai beneficiar uma população de 20.000 pessoas e gerar 10.000 novos empregos.

O Projeto Salitre, localizado no Município de Juazeiro (PE) abrange uma área de 31.305 ha, estando a primeira etapa de 5.084 ha com 62% de execução física. Dessa etapa, está prevista a conclusão de 1.000 ha para o ano 2003. Quando concluída e em operação, poderá beneficiar 20.336 habitantes e gerar 11.185 empregos.

O Projeto Platôs de Guadalupe (PI), localizado no Município de Nova Guadalupe, conta com uma área de 5.206 ha, estando implantados 2.009 há (encontram-se em processo de licitação os lotes empresariais) cujos benefícios poderão atingir 8.036 habitantes, gerando 4.420 empregos, sendo que 480 ha estão em fase de produção. Encontra-se em fase de implantação uma área de 3.197ha, cuja execução física situa-se em 93%.

O Projeto Jacaré-Curituba (SE), localizado nos Municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo conta com uma área de 3.150 ha. Quando concluído e em operação, beneficiará 12.600 habitantes, além de gerar 6.930 empregos. A 1ª Etapa da obra encontra-se concluída. A 2ª e 3ª Etapa encontram-se, respectivamente com 91% e 10% de execução física.

O Projeto Três Barras (GO), localiza-se no Município de Cristalina e conta com uma área de 1.456 ha, estando 528 ha implantados. Com a conclusão do projeto e sua entrada em operação e produção, poderá beneficiar uma população estimada em 5.824 habitantes, além de permitir a geração de 3.203 empregos. As obras do projeto se encontram com 70% de execução física e atividades de organização dos produtores estão sendo implantadas.

O Projeto Marituba (AL), localizado no Município de Penedo tem como meta a irrigação de uma área de 3.136ha, cujos benefícios poderão atender uma população de 12.544 habitantes e gerar 6.899 empregos. As obras do projeto encontram-se com 39% de execução física.

O Projeto Baixo de Irecê (BA), localiza-se nos Municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, tem como objetivo a irrigação de uma área de 59.600 ha, estando em obras a Primeira Etapa de 5.278 ha. Essa etapa encontra-se com 38% de execução física. Sua conclusão e posterior entrada em operação beneficiará 21.112 habitantes e gerar 11.612 empregos.

O projeto Emancipação de Perímetros de Irrigação, que consiste no desenvolvimento de ações em perímetros públicos para torná-los auto-sustentáveis, visa transferir, para os usuários, as atividades assumidas pelo Estado, quando da implementação do projeto. O processo, de acordo com a estratégia atual de antecipar as providências para aquela finalidade, inicia-se a partir do momento em que esteja disponível, em cada projeto, uma área com estrutura que permita a sua incorporação ao processo produtivo. Em 2002 foram investidos, nesse segmento, recursos da ordem de R\$ 9,7 milhões com a implementação de um conjunto de atividades em projetos que, consolidados, totalizam, aproximadamente, 104.452 ha, contra R\$14,3 milhões aplicados em 2001 numa área de 110.000 ha.

Proágua Infra-Estrutura

O Proágua Infra-Estrutura tem como objetivo assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para produção, por meio da conclusão de obras estruturadoras e prioritárias, principalmente na construção de barragens, açudes e adutoras. As ações que o compõem estão de acordo com os princípios básicos da Lei 9.433/97, ou seja, visam contribuir para que a escassez de água não continue a se constituir em um impedimento ao desenvolvimento sustentável, promovendo assim, o uso racional e sustentável dos recursos hídricos, gestão participativa, usos múltiplos da água e reconhecendo a água como um bem econômico e dotado de valor. Neste contexto, as ações estão voltadas para o desenvolvimento da agricultura, aproveitamento hidroagrícola, melhoramento da infra-estrutura em pequenas comunidades rurais, drenagem urbana, contenção de encostas e no combate à desertificação.

Executado pelo Ministério da Integração Nacional, em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, no exercício de 2002, contou com recursos da ordem de R\$ 1,34 bilhão, somados os créditos suplementares e cancelamentos aprovados ao longo do exercício. Deste montante, foram empenhados R\$ 458.644.514,00, que representam 34,2% dos recursos aprovados, com desembolso financeiro da ordem de R\$ 296,8 milhões. Devido à baixa liberação de recursos do orçamento do exercício de 2002 as ações do programa foram executadas em sua maior parte com o volume de recursos inscritos em restos a pagar de 2001. Nesse mesmo período, o Programa levou o atendimento a milhões de brasileiros que não dispõem de água para o consumo em quantidade e qualidade adequadas à uma vida digna, fazendo com que em algumas áreas ocorra uma redução de 80% das internações pediátricas, que seriam causadas por doenças de veiculação hídrica.

Apesar dos esforços voltados para remover os entraves que vêm restringindo e, até mesmo, inviabilizando, em determinados casos, o desempenho do Programa, algumas questões ainda contribuíram para minimizar os impactos projetados quando das fases de planejamento e programação, associadas a problemas levantados e apontados em relatórios do Tribunal de Contas da União - TCU, com relação a determinadas obras com indícios de irregularidades graves, fazendo com que o avanço das metas não atingisse o programado.

No exercício, destacam-se a conclusão do Açude Salinas (PI), Adutora do Cariri (PB), Barragem de Acauã (PB), Barragem Pedra Redonda (PI), Barragem Santa Cruz do Apodi (RN) Barragem Umari (RN), Barragem Mucutu (PB), Açude Jenipapo (PI), Adutora do Agreste Alagoano (Sistema Principal) e a inauguração, no final dezembro, da Barragem Castanhão (CE).

A Barragem de Acauã (PB) construída sob o rio Paraíba, tem a capacidade de acumulação de 249,8 milhões de m³ de água e visa o aproveitamento hidroagrícola e ao abastecimento de água potável aos municípios da região da sua área de abrangência, principalmente a Cidade de Campina Grande, que rotineiramente, vinha sofrendo com o racionamento de água para o consumo de seus 400 mil habitantes. A conclusão da barragem está, também, beneficiando os municípios de Aroeira, Ipatuba, Ingá, Fagundes, Mogeiro, Serra Redonda e Massaranduba, proporcionando a geração de cerca de 1850 empregos. Para 2003, está prevista a construção do sistema de adução de água.

A Barragem Santa Cruz do Apodi (RN) construída sobre o rio Apodi, tem a capacidade de armazenar 600 milhões de m³ de água. Concluída em 2002, a barragem tem a capacidade de acumular cerca de 453 milhões de m³ de água, tendo acumulado somente 8,5 milhões de m³ de água, devido à escassez de chuvas. A barragem destina ao aproveitamento hidroagrícola de 9,2 mil ha e o abastecimento de 3 municípios no Estado do Rio Grande do Norte, entre os quais Mossoró, beneficiando uma população de 200 mil habitantes. Para 2003, está previsto a construção do sistema de adução de água.

A Barragem Umari (RN) localizada estrategicamente no terço médio da bacia, a montante da sede municipal de Upanema (RN), tem a finalidade de usos múltiplos voltados basicamente para a irrigação e a piscicultura. Desempenha um papel importante no controle de cheias do vale, perenizando o trecho a jusante nos períodos de estiagem e constituindo-se, também, em anteparo das águas da transposição do rio São Francisco. A Barragem já se encontra concluída e vem beneficiando uma população de cerca de 1,2 mil habitantes, com capacidade de acumulação de água em 292,8 milhões de m³.

A Barragem Castanhão (CE) situada no rio Jaguaribe e com capacidade de 6,7 bilhões de m³ de água, destina-se ao abastecimento da Cidade de Fortaleza e outras municípios do Baixo Jaguaribe, promovendo a

incorporação de 43 mil ha de áreas irrigadas das terras férteis do Chapadão do Castanhão e Chapada do Apodi. As obras da barragem já foram concluídas e quando o volume de água acumulada atingir o previsto, possibilitará a produção de 3,8 mil t/ano de pescado, o turismo, o lazer e garantirá o abastecimento d'água do Projeto Tabuleiros de Russas (com uma área de 10,5 mil ha, gerando 31,5 mil empregos). Também auxiliará no controle de cheias no Baixo Vale do Jaguaribe. A Barragem Castanhão beneficiará cerca de 2,6 milhões de habitantes, gerando 90 mil empregos. Falta concluir as obras complementares, discriminadas a seguir e por etapas, conforme os avanços físicos: construção da variante da BR 116, 10%; desmatamento da bacia hidráulica, 10%; reassentamento urbano, 80%; reassentamento rural, 50%; desapropriação, 76%; construção de desvio provisório da BR - 116 e construção de 35 casas para reassentados, 100 %; e estação ecológica, a licitar.

Entre as obras em andamento, destacam-se: a Adutora do Agreste Alagoano (AL), a Adutora Jucazinho (PE), a Barragem Berizal (MG), a Barragem Congonhas (MG), a Barragem do Poço de Marruá (PI), Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco, o Proágua Semi-Árido e os Sistemas Sanitários e de Abastecimento de Água em Escolas Públicas.

A Adutora Agreste Alagoano (AL) atende 18 municípios, entre os quais a Cidade de Arapiraca e beneficiará cerca de 402 mil habitantes, gerando 520 empregos. Já foram concluídos 27,2 km de adutoras (Principal), da extensão prevista em 199 km. Cinco mil residências já foram beneficiadas por meio de ligações domiciliares à população de baixa renda, com 160 km de redes de distribuição.

A Adutora Jucazinho (PE), com 243 km de extensão, abastecerá 20 municípios, entre os quais Caruaru; beneficiará 780 mil habitantes, além de suprir com água tratada os beneficiados pela ação Água na Escola. As obras, iniciadas em agosto de 1998, encontram-se com um avanço de 90%, sendo previsto o seu término para maio de 2003. A 1ª etapa, com extensão de 27,3 km, já se encontra em operação, atendendo as cidades de Surubim e Salgadinho, inclusive com estação de tratamento d'água. O trecho compreendido entre a barragem até Caruaru encontra-se com 85% de execução. Foi firmado convênio com o governo de Pernambuco no valor de R\$ 27 milhões a serem aplicados neste ramal (Linha Sul). A Linha Norte atingiu 100% do previsto (teste de rede), abastecendo, com água potável cerca de 90 mil habitantes, dos municípios de Surubim, Casinhas, Vertentes do Lério, Santa Maria do Cumbucá, Vertentes e Frei Miguelinho. Na Linha Sul, o executado é de 70% compreendendo: escavação de 16,7 mil m de valas, assentamento de 5000 m de tubulação de 300 mm e assentamento de 335 m de tubulação de 1.000 mm.

A Barragem Berizal (MG) que tem como objetivo acumular 241,8 milhões de m³ de água a partir do barramento do rio Pardo, visa o abastecimento dos municípios de São João do Paraíso, Berizal, Rio Pardo, Taiobeiras e Indaiabira, bem como irrigar 7 mil ha de terras agrícolas. Os serviços de terraplenagem estão em andamento, a concretagem da tomada d'água bem como os serviços de escavação do sangradouro estão concluídos. Ainda restam executar as seguintes ações: aquisição de equipamentos hidromecânicos (R\$ 2 milhões), desapropriações (R\$ 3 milhões), construção de rede elétrica (R\$ 150 mil), e reassentamento da população (R\$ 4 milhões). Atualmente com aproximadamente 36% concluída, tem previsão de término em dezembro de 2003.

A Barragem Congonhas (MG) localizada no rio Congonhas, no Vale do Jequitinhonha, perto das cidades de Grão Mogol e Montes Claros tem capacidade de acumular 800 milhões de m³ de água. Poderá atender mais de 1 milhão de habitantes na região de Montes Claros e adjacências, gerar 12 MW de energia elétrica, acrescentar 6 m³/s na vazão atual do rio Verde Grande, reativar a irrigação em 6 mil ha nas margens do rio Verde Grande, que atualmente encontra-se desativada por falta d'água, e irrigar outros 5 mil ha, nos municípios de Grão Mogol, Itacambira e Francisco Sá. Contribuirá, ainda, para a perenização dos rios Saracura, Verde Grande e Vaca Brava. Deverá gerar 20 mil empregos. Encontra-se em fase de licitação a elaboração do projeto executivo da barragem, supervisão e controle tecnológico, a elaboração dos estudos e do relatório de impacto ambiental. O processo licitatório para execução das obras foi concluído, tendo sido declarado vencedor o consórcio formado pelas Empresas Andrade Gutierrez, Barbosa Mello, OAS e EIT. A previsão de conclusão é dezembro de 2008.

A Barragem do Poço de Marruá (PI), situada no município de Patos do Piauí, tem capacidade para armazenar 293 milhões de m³ de água. Visa o abastecimento de água dos municípios de Patos do Piauí, Itainópolis, Jaicós, Paquetá, Santa Cruz e Jacobina e à irrigação de 5 mil ha, podendo gerar 75 mil empregos. Encontra-se em fase inicial de escavação das fundações do barramento. Foram executados 25% das obras, cuja previsão de conclusão é dezembro de 2003.

Com relação as Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco, o Decreto Presidencial de 5 de junho de 2001, criou o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, constituído de ações concebidas e executadas, de forma participativa e integrada, pelos governos

federal, estaduais, municipais e dos Distrito Federal e da sociedade civil organizada. No âmbito da revitalização do rio São Francisco, estão em fase de execução os projetos de saneamento básico dos Municípios de Manga e São José da Lapa (MG), Luis Eduardo Magalhães (BA), Santana do São Francisco e Neópolis (SE), Salgueiro, Ibimirim e Buique (PE), Piagabuçu e Igreja Nova (AL), estando prevista a sua conclusão para o primeiro semestre de 2003. Também para 2003 está prevista a conclusão da 1ª etapa do Município de Penedo, no Estado de Alagoas. Em 2002, foi concluído o sistema de esgotos sanitários da Cidade de Propriá (SE).

O Projeto Proágua Semi-Árido, na Região Nordeste, é uma ação de desenvolvimento sustentável de recursos hídricos para o semi-árido brasileiro, financiado com recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - BIRD, com contrapartida da União e dos Estados participantes. Tem como objetivo dotar a região de infra-estruturas hídricas, que permitam a regularização da oferta de água, a condução e distribuição de água potável às comunidades carentes da região semi-árida de maneira a reduzir a atual população “sem acesso a rede de água” que, na região, corresponde a cerca de 14,7 milhões de habitantes. Destes, 11,0 milhões encontram-se no semi-árido.

Até 2002, o referido Projeto havia atendido cerca de 923 mil pessoas, com a implantação de sistema de abastecimento de água de boa qualidade às pequenas cidades do semi-árido brasileiro. Foram concluídos no referido exercício o Sistema Adutor Lima Campos/Icó (CE), com extensão de 12 km, beneficiando 1 município e 32 mil pessoas; o Sistema Adutor de Iguatu (CE), com extensão de 20 km, beneficiando 1 município e 83 mil pessoas; a recuperação e a modernização da Adutora do Acarape (CE), com extensão de 56 km, beneficiando 7 cidades, 11 localidades e 165 mil pessoas; o Sistema Adutor de São Gonçalo do Amarante/Umarituba (CE), com extensão de 18 km, beneficiando 3 cidades e 21 mil pessoas; o Sistema Adutor de Baturité/Aracoiaba (CE), com extensão de 25 km, beneficiando 2 cidades, 3 comunidades e 51 mil pessoas e o Sistema Adutor de Chaval/Barroquinha (CE), com extensão de 33 km, beneficiando 2 cidades, 2 comunidades e 22 mil pessoas.

O Proágua Semi-árido previa o atendimento de cerca de 1.870 mil pessoas nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, se o total dos recursos previstos no orçamento de 2002, no montante de R\$ 69,9 milhões, tivessem sido liberados. Em Minas Gerais, o Sistema Águas Vermelhas, atenderá a três cidades, um distrito e dez comunidades, numa extensão de 44 km, beneficiando 20,3 mil habitantes. Todo material necessário para a execução das obras já se encontra entregue e já foram executados 250 kits sanitários. Com relação às redes de distribuição de água e às coletoras de esgoto já se encontram concluídas, assim como a tubulação da adutora de água bruta que abastece a ETA de Divisa Alegre. Estão, também, em andamento as construções dos kits sanitários assim como redes de distribuição de água e coletoras de esgoto.

Foi realizado ainda o trabalho de erradicação da doença esquistossomose pela Universidade Federal do Espírito Santo. Os serviços de recomposição das matas ciliares e limpeza de leito do rio, bem como a construção dos quatro aterros de resíduos sólidos, foram também concluídos. O estágio atual é de 45% de execução e a previsão de conclusão é março de 2003.

Transposição de Águas do Rio São Francisco

O Programa Transposição de Águas do Rio São Francisco tem como objetivo garantir a segurança hídrica indispensável ao desenvolvimento sustentável na faixa da região semi-árida do Nordeste Setentrional. Por não haver opções economicamente mais viáveis que possam assegurar a garantia de suprimento hídrico à região, nos níveis mais adequados, o projeto está em processo de licenciamento ambiental. Paralelamente estão sendo desenvolvidos os projetos “Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco” e “Transposição de Água da Bacia do Rio Tocantins” no âmbito Proágua Infra-estrutura e que contribuem para o êxito deste Programa. O Projeto Transposição de Água da Bacia do Rio Tocantins visa compensar a disponibilidade hídrica do rio São Francisco, com a mesma quantidade de água que lhe será retirada para as Bacias do Nordeste Setentrional, mediante a transposição de águas de afluentes do rio Tocantins, no estado do Tocantins, para o rio Preto, no estado da Bahia. Os estudos de Viabilidade e de Inserção Regional encontram-se em andamento.

Em 2002, os estudos foram desenvolvidos por meio de recursos de Restos a Pagar de 2001 e dos recursos da Ação “Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco”. Foram concluídos os estudos do Ramal Leste, envolvendo a retirada de 20 m³/s (1% do volume do rio) para o rio Paraíba (PB) e o rio Ipojuca (Agreste Pernambucano) contemplando também a irrigação do Pólo de Floresta/Ibimirim (PE), na bacia do São Francisco. Encontram-se em fase final de conclusão o Ramal Norte, envolvendo a retirada média de 45 m³/s (2,2%) do volume do rio São Francisco para as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Piranhas (PB/RN) e Apodi (RN), mas também contemplando o Pólo de Irrigação de Salgueiro/Brígida (PE), situado na bacia do São Francisco. Neste

Ramal de obras estão concluídos os projetos básicos dos trechos I e II, e está sendo concluído o Trecho III, com recursos já assegurados do orçamento do exercício anterior. Está em elaboração o estudo de interligação da bacia do rio Tocantins com o rio São Francisco, para reforçá-lo, em cerca de 50m³/s, recursos estes já assegurados do orçamento de 2001.

Em conjunto com a Secretaria de Recursos Hídricos de Alagoas, com a Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe e fundações de pesquisas nos dois estados estão sendo desenvolvidas a “Consolidação dos Dados Secundários sobre o Baixo São Francisco” (encontra-se no aguardo da efetivação do Comitê da Bacia do Rio São Francisco/ANA) e a elaboração do Programa de Revitalização do Baixo São Francisco. Ainda de forma conjunta foi realizado o levantamento de Dados Secundários sobre o Baixo São Francisco, cujo produto é o CD “Acervo Bibliográfico do Baixo São Francisco” (SIH/MI, Funcate, Fapese e UFSE).

Defesa Civil

O Programa de Defesa Civil objetiva prevenir e minimizar desastres, socorrer e assistir às populações afetadas e reconstruir e recuperar cenários danificados, garantindo o direito à vida, à incolumidade das pessoas e do patrimônio. O alto índice de ocorrência de desastres naturais, a escassez de recursos para as ações preventivas e a precária assistência às populações atingidas têm gerado graves problemas econômicos, sociais e ambientais, demandando uma ação governamental efetiva e eficaz.

Em decorrência do fenômeno “El Niño” as principais ocorrências climáticas durante o ano de 2002 foram as fortes chuvas, provocando inúmeras inundações, vendavais e granizo em vários estados. Por outro lado, a estiagem no nordeste e sul do país atingiu, até o mês de dezembro de 2002, 18,0% dos municípios brasileiros. Os Estados mais atingidos foram Santa Catarina com 48,0% dos municípios castigados pela escassez de água e o Piauí com 88,24% do seu território em *Estado de Calamidade Pública*.

As “Ações Emergenciais de Defesa Civil”, que consistem na resposta aos desastres e nas ações de reconstrução, estiveram, no período, voltadas tanto para a recuperação dos danos causados pelas fortes precipitações pluviométricas, principalmente no primeiro semestre, em vários Estados brasileiros, quanto no prosseguimento das emergenciais.

Os Programas “Bolsa-Renda” e “Bolsa-Renda-Alimento”, beneficiaram, conjuntamente, 11.327.471 pessoas nas regiões Nordeste do Brasil e Norte de Minas Gerais, tendo sido despendidos recursos da ordem de R\$ 207.262.050,00. Em decorrência da estiagem nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram destinados R\$ 19,3 milhões para o “Bolsa-Estiagem”, atendendo 536.390 pessoas em 311 municípios. No mesmo esforço, o abastecimento de água potável para atendimento das comunidades atingidas por estiagem foi realizado por meio de “Carros-Pipa”. Nesta modalidade, 1.161 Municípios foram atendidos com benefícios para 1.909.782 pessoas, envolvendo recursos de R\$ 8.423.565,00. Além disso, 1.736 Municípios foram atendidos com convênios com os Estados e Municípios, totalizando um gasto de R\$ 277.581.503,16 de recursos (orçamentários e extraordinários) no montante de R\$ 619.577.044,00 tendo sido executados R\$ 497.562.548,16, representando 80,31% dos recursos alocados.

Atuando nestas situações de desastres naturais, humanos e mistos, foram reconhecidos pela União, em 2002, a Situação de Emergência em 2.654 municípios brasileiros e Estado de Calamidade Pública em 79, mediante a publicação 401 Portarias de Reconhecimento de situação anormal.

Na ação “Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres” foram executados R\$456.000,00, de um total de R\$ 640.000,00 de recursos orçamentários. Estes recursos foram destinados à construção de 581 m² de pontes e 5.880 m³ de aterro no município de Dom Pedrito/RS, beneficiando uma população de 2.680 pessoas

Para a ação “Capacitação de Agentes de Defesa Civil” estavam previstos recursos no montante de R\$ 2.250.000,00 no Orçamento Geral da União. Houve contingenciamento dos referidos recursos, tendo sido executados R\$ 309.236,00, o que representou 13,74% do originalmente alocado. Por meio desta ação foram realizados 3 cursos de “Planejamento e Administração para Redução de Desastres - APRD”, 2 “Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO”, 1 “Curso Operacional de Defesa Civil - CODC” e 1 “Curso de Patologia das Edificações” e 1 “Curso de Avaliação de Danos - CADAN” capacitando 234 técnicos de defesa civil e de várias áreas setoriais de diversos estados brasileiros.

Quanto ao desempenho físico-financeiro do Programa Defesa Civil a tabela a seguir discrimina as

obras e serviços executados no ano de 2002:

OBRAS/SERVIÇOS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS (*)	POPULAÇÃO ATENDIDA	UNID	QUANT.	RECURSOS EM R\$ 1,00
Prevenção e Preparação p/ Emerg. e Desastres	1	2.680	-	-	456.400,00
1. Ponte	1	2.680	m2	581	315.000,00
2. Aterro	*	-	m3	5.880	141.400,00
Capacitação de Agentes de Defesa Civil	-	234	-	-	309.236,00
1. Cursos	-	234	u	8	309.236,00
Ações Emergenciais de Defesa Civil	2.387	17.676.873	-	-	497.562.548,16
1. Aluguel de carros-pipa	(*) 1.161	1.909.782	u	2.359	8.423.595,00
2. Açude/ Barragens	28	324.109	m3	733.964	46.142.708,00
3. Aterro/ Terraplanagem	3	58.000	m3	48.038	5.698.146,00
4. Bolsa-Renda/ Alimento / Estiagem	(*) 1.258	11.863.861	u	2.532.531	226.531.950,00
5. Bueiros	13	153.640	u	111	1.970.973,00
6. Canais/Córregos/Diques/Galerias	112	973.521	m	198.996	57.427.209,00
7. Cais de proteção/ Muros de Arrimo	36	245.224	m3	65.485	21.479.524,00
8. Casas/Prédios públicos	56	65.454	u	131.571	21.576.388,00
9. Cisternas/ Poços amazonas	142	873.308	u	75.646	9.707.124,00
10. Dragagem/Desassoreamento	8	326.800	m3	102.477.635	4.826.169,00
11. Pavimentação/Drenagem	27	52.335	m2	270.695	9.575.889,00
12. Passagem Molhada	22	51.779	u	107	4.802.819,00
13. Passarelas/Viadutos/Pontes e Pontilhões	79	763.388	m2	97.318	21.327.378,00
14. Rede de Distribuição de Água	158	15.672	m	365.860	7.926.609,00
15. Outras Obras/Serviços	52	-	-	2.825	50.146.067,16
TOTAL	2.388	17.679.787	-	-	498.328.184,16

FONTE: DMD/SEDEC/MI

(*) Os municípios com mais de uma meta ou mais de um convênio celebrado foram computados somente uma vez.

Jovem Empreendedor

A ação Implementação do Projeto Amanhã nos Vales dos Rios São Francisco e Parnaíba, inserida no Programa Jovem Empreendedor, tem o objetivo de defender uma juventude independente no futuro, alcançada com a organização e a capacitação de jovens das regiões dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Esse Projeto é dirigido a jovens rurais, na faixa etária de 14 a 21 anos, que estejam cursando o 1º ou 2º grau, ou que estejam afastados da escola formal, por insuficiência ou inexistência de estabelecimentos de ensino na região.

Oferece aos jovens a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, seja pela oferta de mão-de-obra qualificada requerida pela agroindústria e pela agropecuária, seja pelo gerenciamento de seus próprios negócios.

No decorrer do exercício de 2002, foram mobilizados 4.829 jovens e capacitados 1.242. Desde sua implantação, totalizam 16.778 jovens mobilizados e 8.837 capacitados nos mais variados cursos oferecidos nas 21 Unidades de Capacitação e Treinamento do Projeto Amanhã, situadas nas áreas de jurisdição das Superintendências Regionais, abrangendo cerca de 44 municípios.

Os cursos realizados versaram sobre agricultura irrigada, operação de máquinas agrícolas, mecânica de trator, manutenção de bombas, eletromecânica, floricultura tropical, recuperação de bicicletas, piscicultura, criação de animais, minhocultura e produção de húmus, manejo de água e solo, viveiros, olericultura, fruticultura, fabricação caseira de doces e conservas, panificação, laticínios, carpintaria, serralharia, reciclagem de papel, informática, datilografia, corte e costura e bordado, entre outros.